

## QUE PODEMOS APRENDER COM UMA PANDEMIA?

### UMA REFLEXÃO FEMINISTA SOBRE O TRABALHO DE MULHERES/MÃES DURANTE UMA CRISE SANITÁRIA

Maria Luiza Leal Pacheco<sup>1</sup>

Caroline Matos Romio<sup>2</sup>

|Adriane Rubio Roso<sup>3</sup>

#### Resumo

A pandemia da Covid-19 desalinhou as rotinas da população, exigindo ajustes nos hábitos de vida conforme as medidas de cuidado impostas pela crise sanitária. Isso impactou em especial as mulheres/ mães que precisaram administrar a maternagem, juntamente com outras demandas de trabalho. Buscou-se refletir, através de um ensaio pautado em uma perspectiva feminista e *insights* de autoras da psicanálise contemporânea, como o trabalho das mulheres/mães foi desempenhado diante dessa emergência em saúde global. Pretendemos mostrar a relevância do cuidado como atividade coletiva compartilhada. Observamos que esse cenário tornou os impasses maternos mais preponderantes e a alternativa pode ter sido investir em redes coletivas de significados, mesmo virtuais, para que essas mulheres/mães não fossem silenciadas e pudessem sentir-se amparadas para administrar a maternidade e suas atividades profissionais, reduzindo o desgaste emocional.

**Palavras-Chaves:** Covid-19; maternidade; teoria feminista; psicanálise.

#### Abstract

The Covid-19 pandemic disrupted the routines of the population, requiring lifestyle adjustments in accordance with the care measures dictated by the health crisis. This particularly impacted women/mothers who had to manage motherhood along with other work demands. Through an essay rooted in a feminist perspective and insights from contemporary psychoanalytic authors, we sought to reflect on how the work of women/mothers unfolded in the face of this global health emergency. Our aim is to highlight the relevance of care as a collectively shared activity. We observed that this scenario heightened maternal challenges, and the solution may have involved investing in collective networks of meaning, even virtual ones, to prevent these women/mothers from being silenced and to enable them to feel supported in managing both motherhood and professional responsibilities, thereby reducing emotional strain.

**Keywords:** Covid-19; motherhood; feminist theory; psychoanalysis.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/UFSM, na linha de pesquisa: Problemáticas de saúde e contextos institucionais. Integrante do Grupo de Pesquisa VIDAS (UFSM) Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (SOBRESP), Santa Maria, RS.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (2015). Doutoranda em Psicologia pela UFSM. Psicóloga vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSM. Membro do Núcleo de Pesquisa VIDAS – Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em Psicologia Clínica-Social.

<sup>3</sup> Professora Associada IV - Psicologia: UFSM, Brasil. Estágio Pós-doutoral em Psicologia Social (Harvard University) e em Comunicação (UFSM).. Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, com período sanduíche em Columbia University (Orientador: Dr. Richard Parker) Coordenadora do VIDAS - Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão.

## Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou que o mundo enfrentava uma pandemia. Ela iniciou em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, em novembro de 2019, pela expressão de uma pneumonia na população que advinha da contaminação por uma cepa do coronavírus, até então, não registrada em humanos. A contaminação ocorre por meio do contato com secreção das vias aéreas de uma pessoa infectada para outra, apresentando uma rápida disseminação. A doença, nominada Covid-19, afeta principalmente o sistema respiratório, mas pode comprometer o funcionamento de diversos órgãos e deixar sequelas nos seus portadores (Organização Pan-Americana De Saúde, 2022). As pessoas são afetadas de modo diferente pelo vírus, além dos considerados grupos de risco, que inclui pessoas de 60 anos ou mais, mulheres grávidas e puérperas e pessoas com doenças preexistentes, os fatores sociais, culturais e econômicos deixaram grupos mais suscetíveis à contaminação e adoecimento.

A Organização Mundial da Saúde informou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, referente a Covid-19, em maio de 2023 (Organização Pan- Americana Da Saúde, 2023). Nesses três anos registrou-se oficialmente o óbito de mais de 6 milhões de pessoas, e estima-se que direta e indiretamente, entre os anos de 2020 e 2021, a pandemia tenha sido a responsável pela morte de mais de 14 milhões de pessoas no mundo (United Nations, 2022). No Brasil, a pandemia desencadeou o falecimento de mais de 700 mil pessoas (Brasil, 2023).

No Brasil, o enfrentamento à crise sanitária não foi nacionalmente coordenado de forma efetiva, o que dificultou o acesso uniforme da população aos direitos sociais e ampliou as inequidades de gênero, raça e classe (Juliana Silva; Vanessa Cardoso; Kamila Abreu; Lívia Silva, 2021). Podemos supor que a morosidade e a desarticulação das estratégias de resposta à crise sanitária agravaram o adoecimento da população e as consequentes perdas humanas. Além disso, a atenção coletiva se voltou para os fenômenos sociais, as desigualdades estruturais e a fragilidade humana.

Neste contexto, o cuidado que era, até então, invisível, corriqueiro e marginal, tornou-se mais significativo, complexo e prioritário (Sheila SARAIVA, 2022). Com esta emergência de saúde global, que deixou muitos lutos a serem elaborados pela população, as dinâmicas de cuidado adquiriram centralidade no debate público. Em decorrência

disso, o momento tornou pertinente o questionamento sobre quem desempenha o cuidado em nossa sociedade? Quando ele é desempenhado por mulheres/mães, como elas conciliam o trabalho do cuidado com o trabalho produtivo?

Nossa proposta para este artigo é problematizar, sob uma perspectiva feminista, o trabalho desempenhado por mulheres/mães em uma emergência em saúde global. Especificamente, pretendemos propor aprendizados sobre a relevância do cuidado como atividade coletiva compartilhada. Nossa hipótese analítica é como foi construído o cuidado em relação às filhas e aos filhos das mulheres/mães trabalhadoras na pandemia que precisaram adaptar suas rotinas diante das orientações de cuidado com a saúde ligadas ao distanciamento social e a restrição das redes de apoio que consequentemente repercutiu na sobrecarga materna.

Para a construção dos argumentos, iremos recorrer à noção de trabalho reprodutivo, particularmente a partir de Silvia Federici (1942-), feminista italiana radicada nos Estados Unidos, articulada com autoras contemporâneas que se inspiram na psicanálise como Silvia Lobo e Vera Iaconelli. Para tanto, propomos dois eixos de reflexão que estão articulados, o primeiro “Caracterizando o Trabalho de Reprodução da Vida”, destina-se a compreender o que é o trabalho de reprodução da vida e como ele foi historicamente atribuído às mulheres. O segundo “Maternidade na Pandemia”, onde pensamos como a articulação entre o trabalho produtivo e reprodutivo sobrecarregou mulheres/mães durante a emergência de saúde.

### **Caracterizando o Trabalho de Reprodução da Vida**

Para Silvia Federici (2004), o capitalismo teve o seu início associado à guerra contra as mulheres marcadas pela caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, responsável, na Europa e no mundo colonizado, por milhares de mortes. Esse fenômeno eliminou um conjunto de sujeitose práticas de mulheres que se opunham à acumulação de bens, à produção de numerosa mão de obra e à imposição da disciplina de trabalho coercitiva, que eram as condições necessárias para o desenvolvimento do novo sistema econômico. A autora amplia a noção de acumulação primitiva à medida que sugere que as trabalhadoras e os trabalhadores foram alienados da terra nas mesmas proporções que as mulheres foram alienadas dos seus corpos.

A degradação das mulheres associada à sua perseguição sob a acusação de

bruxaria legitimou o confinamento das europeias ao trabalho doméstico não remunerado. Esse contexto também obrigou a subordinação delas aos homens, únicos detentores dos bens privatizados, e ao Estado, à medida que este passou a controlar a sua capacidade reprodutiva, assegurando a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras (Silvia Federici, 2018). Nos países colonizados, neste momento histórico, mulheres negras e indígenas estavam sofrendo violência, opressão e exploração advindas da colonização e da escravidão.

A caça às bruxas, conforme Silvia Federici (2019), sinalizou a nova moral sexual que teve como objetivo sustentar a divisão sexual do trabalho entre o trabalho produtivo, aquele reconhecido por meio da remuneração, e o trabalho reprodutivo, sendo aquele responsável pela manutenção da vida dos trabalhadores e pela criação de novas pessoas que servirão como mão-de-obra. Ao destituir as trabalhadoras e os trabalhadores da terra com o processo de transição da servidão para o trabalho assalariado, o capitalismo privatizou os bens da natureza e, em contrapartida, tornou as mulheres bens que estariam à disposição dos homens, que podiam ser destituídas dos seus corpos e trabalhos pela violência autorizada pelo patriarcado.

O patriarcado foi articulado ao capitalismo. Esta ordem social baseada no poder dos homens supõe uma naturalização das relações injustas entre mulheres e homens. A divisão sexual do trabalho tornou-se uma característica derivada dela. Com isso, o trabalho reprodutivo distinguiu-se do trabalho produtivo pela sua suposta naturalização, processo que tornou este trabalho invisível e desvalorizado.

Desse contexto advém a noção que todo trabalho de reprodução e cuidado da vida é suposto, naturalizado como “trabalho de mulher”. Com isso, ainda que as mulheres tenham ingressado no mercado de trabalho capitalista, passando a fazer parte da mão de obra produtiva, a manutenção do trabalho reprodutivo permaneceu associada a elas.

Pode ser observado que a cada nova crise econômica a dominação e exploração do trabalho reprodutivo das mulheres é atualizada. Silvia Federici (2018) nos lembra que tanto para o capitalismo quanto para os homens em condições precarizadas de sobrevivência, o valor das mulheres está associado cada vez mais a mão de obra barata que elas potencialmente oferecem ao mercado pela venda do seu trabalho e do seu corpo. Com isso, o trabalho doméstico tem se somado ao trabalho remunerado em concomitância com a eliminação do salário masculino estável, capaz de prover uma

família (“salário familiar”), o que corresponde à atualização do capitalismo contemporâneo. Desta forma, o trabalho de reprodução das novas gerações não desapareceu, mas já não é suficiente para a aceitação social das mulheres.

Segundo Helena Hirata (2018), a contribuição de Federici nos auxilia a reconhecer a indissociabilidade entre as funções econômicas (o trabalho de produção de bens e serviços) e as funções políticas (o trabalho de reprodução da vida e as relações sociais). Com isso, a compreensão do trabalho integra a importância dele na sua materialidade e como prática social. Ainda hoje, a divisão sexual do trabalho se sustenta na atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva enquanto os homens são designados à esfera produtiva. Em concomitância, os homens obtêm as funções mais valorizadas socialmente. Todas as sociedades conhecidas operam segundo essa separação, que desencadeia a hierarquização dos trabalhos, sendo aqueles executados por homens mais bem remunerados e mais valorizados do que aqueles atribuídos às mulheres (Helena Hirata, Danièle Kergoat, 2020).

Esse contexto tem produzido nas mulheres resistências à noção do trabalho reprodutivo como responsabilidade delas. Ainda, a recusa na manutenção dessa lógica sinaliza para a resistência à noção capitalista de divisão sexual do trabalho e para todas as iniquidades de acesso a direitos e poderes entre homens e mulheres. Mesmo assim, salientamos que, segundo pesquisa da OXFAM Brasil (2020), o trabalho doméstico não remunerado de meninas e mulheres no mundo vale cerca de 10,8 trilhões de dólares anuais.

Para compreendermos as sociedades atuais, especialmente após a vivência de uma pandemia, há a necessidade de centralizar o trabalho na análise. Trabalho este que integra a noção do denominado trabalho reprodutivo (pelas feministas italianas, como Federici) ou o trabalho doméstico (como teorizado pela escola francesa da divisão sexual do trabalho). Esse trabalho costuma englobar essencialmente o trabalho do cuidado, sendo este o conjunto de práticas materiais, emocionais e psicológicas que asseguram o atendimento das necessidades dos outros. O cuidado costuma ser realizado no ambiente doméstico, e, supostamente, motivado por amor junto às pessoas idosas, crianças e demais membros da família (Hirata, Kergoat, 2020).

Ainda, quando o trabalho do cuidado ou da limpeza é remunerado, costuma ser desempenhado por mulheres. Pressupõe-se que essas profissões requerem habilidades inatas (pelo sexo e pela origem étnica), por isso são fatos da natureza e não demandam

estruturas culturais de aprendizado. Com isso, não há necessidade de retribuí-los convenientemente (Hirata, Kergoat, 2020). Aqui, a ausência de acesso de meninas e mulheres à formação educacional e condições de desenvolvimento profissional, que exigiriam transformações sociais, é ignorada, uma vez que as mulheres podem desenvolver o trabalho de cuidado entendido com o seu destino natural.

Silvia Federici (2019) ressalta que nenhuma mudança efetiva irá ocorrer na vida das mulheres sem transformações estruturais nas políticas sociais, econômicas e, principalmente, nas prioridades sociais. Consideramos que o contexto da pandemia convidou a humanidade a repensar suas prioridades sociais. Especialmente porque o cuidado com a saúde e a vida humana, a manutenção dos cuidados da reprodução no ambiente doméstico, e a noção da importância da coletividade engajada na proteção dos vulneráveis, foram temas que adquiriram centralidade.

Como estratégia para evitar a dispersão da Covid-19, o distanciamento social foi utilizado como ferramenta coletiva de cuidado, em vários países do mundo, impactando as economias globais. Muitas mulheres transformaram seus lares em espaços de trabalho, acumulando, num mesmo contexto, os afazeres domésticos e os laborais. Os serviços essenciais permaneceram em funcionamento, especialmente os serviços de saúde. Nesses serviços as enfermeiras, que já representavam 86% das pessoas atuantes nesta profissão na região das Américas, ocuparam lugar de destaque na função de cuidados primários e básicos (Mathieu Boniol *et al*, 2019). Com isso, é de se observar que um contingente importante de mulheres permaneceu em instituições de trabalho sob condições de uma intensa pressão psicológica, enquanto ao retornarem às suas casas tinham que continuar em semelhante posição de cuidadoras.

Joel Birman (2021) refere que ocorreu uma desconstrução tanto social como da existência dos sujeitos e essa catástrofe pode ser comparada às duas grandes guerras mundiais. Os impactos da pandemia modificaram a forma da vida e da sociabilidade no plano global. Silvia Lobo (2022, p.43) menciona que “a pandemia abalou a ordem do mundo” e no Brasil exaltou cada vez mais as desigualdades sociais e raciais, bem como decantou a falta de acesso à saúde pública e desvelou as dificuldades individuais que em muitos casos estavam reprimidas. O contexto pandêmico proporcionou o contato das pessoas com suas fragilidades e isso refletiu na realização de um duplo movimento de interiorização. As pessoas se confrontaram “com muito, com pouco e com nada daquilo que estava em seu interior” (Lobo 2022, p.43). Assim, precisamos ter nítido que “a

subjetividade não se dá fora da época e da cultura, sendo, pelo contrário, seus efeitos e sua causa” (Vera Iaconelli, 2023, p. 21).

Desta forma, entendemos que a vivência da maternagem hospeda um ambiente subjetivo complexo, no qual para que uma mãe exercite as tarefas de cuidado, ela também precisa de um amparo de pessoas que escutem suas questões e deem sustentação emocional, pois quando não conseguem encontrar apoio, sentimentos de desamparo e ansiedade ficam evidenciados e os mesmos denunciam que o ambiente da vivência materna não está sendo construído de forma confiável para o desenvolvimento de uma relação pautada na reciprocidade de afeto marcada por um cuidado de qualidade. Lobo (2022) enfatiza que a pandemia forçou as pessoas a olharem mais para seu mundo interno buscando soluções criativas para enfrentar a solidão de forma produtiva.

O distanciamento social reestruturou os vínculos, a rotina, redefiniu o modo de viver e desvelou cada vez mais as falhas, as necessidades, a forma como as pessoas se relacionam com os outros e consigo, pois essa medida de segurança imposta pela pandemia, conforme Lobo (2022, p.44) , “nos apresentou nossa própria solidão, mesmo acompanhados/as”.

### **Maternidade na Pandemia**

O trabalho de reprodução da vida, como descrito anteriormente, engloba as tarefas da maternidade, ou seja, a reprodução, o cuidado com as crianças, a educação e o preparo das crianças para sua inserção no mundo laboral, a manutenção das condições de alimentação, saúde e descanso delas. Na estrutura social estabelecida com a divisão sexual do trabalho, cabe às mulheres/mães o cuidado integral com suas filhas e seus filhos.

A tarefa do materno, segundo Andréia Schulte, Sueli Gallo-Belluzzo e Tânia Aiello-Vaisberg (2019), pode ser desenvolvida nos moldes de uma organização familiar tradicional, na qual o homem se encarrega do sustento financeiro do lar enquanto a mulher desempenha as tarefas domésticas e de cuidado com suas filhas e seus filhos, ou em um novo modelo onde a mulher desempenha o trabalho produtivo e o concilia com as responsabilidades da casa e do cuidado com as crianças. Para as autoras, indiferente do contexto vivenciado pela mulher, sempre haverá sofrimento social devido ao desamparo e às injustiças advindas das iniquidades na divisão sexual do trabalho.

Esta demanda do trabalho de reprodução da vida, muitas vezes somada ao trabalho remunerado, sobrecarrega as mulheres em seu cotidiano. E quando se pensa nessas questões em um contexto de crise sanitária e social, em que pessoas estão adoecendo infectadas pela Covid-19, pode-se perceber um ambiente marcado por um intenso desgaste emocional e, conseqüentemente, sobrecarga na vida de mulheres/mães.

Lobo (2022) concorda com essa retomada histórica em que a sociedade regida pelo poder dos homens controlou os corpos e os desejos das mulheres, colocando-as em um destino possível, o maternar e o cuidar do ambiente privado, pois eram tomadas como improdutivas, olhadas como deficitárias em seu intelecto, sendo a fecundação o único valor que lhes era atribuído. Para a autora, a vulnerabilidade na qual as mulheres se encontraram na pandemia é uma herança história que em um momento de crise foi ainda mais evidenciada, reafirmando as inequidades de gênero e a divisão sexual do trabalho. A crise sanitária destacou as inequidades, mas, em contrapartida, reafirmou a importância da troca e da colaboração entre as pessoas para enfrentar as adversidades.

Maria Mendonça e Milena Oliveira-Cruz (2021) salientam que as mulheres/mães, desde março de 2020, sentem-se exaustas e sobrecarregadas, pois isoladas em casa precisaram administrar uma série de afazeres de ordem doméstica. E ao mesmo tempo, tinham que corresponder às demandas do trabalho remunerado, bem como à condução da maternagem. Muitas dessas mulheres precisaram considerar a redução dos rendimentos, desemprego, instabilidade financeira ou habitacional, violência doméstica e preocupações com a saúde. Fatores como esses podem ter ocasionado um sofrimento psíquico significativo.

Em tempos de crises, essas emoções tornam-se ainda mais salientes, Silva *et al* (2021) ressaltam que existe uma sobrecarga tanto física como emocional ligada à feminilização do cuidado. As autoras apontam que os cuidados das mulheres, historicamente, são mais acionados em momentos de crises na saúde, como na situação do Covid-19, no surto de Ebola (2013- 2016) e de Zika Vírus (2015-2016). Algumas dessas mulheres, além de precisarem estar cuidando das suas filhas e dos seus filhos em casa, estavam nos tempos de Ebola, Zika e Covid-19 nos espaços de saúde cuidando dos enfermos. As autoras lembram que as mulheres também são a maioria em profissões que demandam cuidados, sejam formalmente na área de saúde e assistência ou, informalmente, no cuidado com a família e nas atividades domésticas.

No que se refere à pandemia da Covid-19, podemos perceber que o cenário foi marcado por dúvidas e incertezas, em especial no início quando a pandemia foi anunciada e não se sabia efetivamente a abrangência do contágio, mas se determinou alguns protocolos para diminuir a circulação do vírus, dentre eles o distanciamento social e a propagação de uma campanha que orientava as pessoas a ficarem em casa com o objetivo de diminuição do contágio direto. Essas medidas tiveram como consequência a redução da disponibilidade das pessoas para a realização de trabalhos terceirizados nas casas com crianças. Esse cenário de restrições demandou das mães que administrassem mais as tarefas da casa e os cuidados com as suas filhas e os seus filhos sem rede de apoio externa (Valeska Zanello; Carla Antloga; Eileen Pfeiffer-Flores; Iara Richwin, 2022). Todavia, nem todas as mães puderam ficar em casa e precisaram administrar as demandas da casa, trabalho e filhas/filhos e a consequência foi da ordem do excesso que pode ser traduzido, tais como: sobrecarga, cansaço e acúmulo de tarefas que ocasionaram, em muitas situações, sofrimento por se sentirem desamparadas.

Tal sobrecarga foi vivenciada em silêncio por muitas mulheres, segundo Saraiva (2022), porque ao abordar a dificuldade do desempenho da maternidade em tempo integral com pessoas próximas, do trabalho ou da família, entendia-se que elas estavam reclamando das suas filhas, dos seus filhos e do maternar. Pela maternidade ser entendida como um destino natural das mulheres e o seu desempenho ser considerado expressão de amor, ao relatarem o acúmulo de tarefas e o sofrimento a elas associado, as mulheres/mães aparentavam para a sociedade não demonstrar o amor que deveriam expressar.

Juliana Santos, Emerson Santiago, Elissandra Lopes, Carla Merighi, Aline Duarte e Claudia Cyrino (2021) evidenciam que o distanciamento social na vida das mães foi muito desorganizativo psicologicamente, pois as mesmas se depararam com atividades diversas em um só lugar, muitas amenizaram essa sobrecarga angustiante com redes virtuais e outras com uma pequena rede presencial que pudesse suprir algumas necessidades básicas, como cuidar da criança um pouco para descansar. Mas essa não foi a realidade de todas, algumas mulheres precisaram estar totalmente disponíveis para suprir todas as demandas da criança e, também, as da casa. As autoras mostraram que a redução da interação social ampliou o estresse interferindo no padrão de sono. Referem ter sido possível observar que isto intensificou a ansiedade,

irritabilidade, alteração de apetite ou para mais ou para menos, bem como, foi notável o aumento do uso de álcool e outras substâncias psicoativas.

O território da maternagem abriga um ambiente subjetivo, complexo, no qual para que uma mãe possa desenvolver seu cuidado de uma forma suficientemente boa, ela também precisa de um amparo de pessoas para cuidarem dela, pois quando não conseguem encontrar apoio, podem manifestar sentimentos de desamparo e ansiedade. São assim disparados alertas porque, provavelmente, o ambiente não está sendo confiável para viver e se desenvolver.

Diante disso, Silvia Lobo (2018) compreende que constituir-se como mãe é uma conquista; é sentir que inventa o mundo que necessita e encontrá-lo é uma vitória, espécie de magia que a ilusão possibilita. Muitas a realizam com mais ou menos percalços, outras não. Todavia, Lobo (2022) nos faz refletir que o tornar-se mãe é da ordem da complexidade, pois a experiência da maternidade pode vir acompanhada de fantasias de morte, de destruição, mesmo que tais fantasias possam estar mescladas com conteúdos enlaçados com vida. A autora destaca: “a presença da vida e da morte nunca antes vivida com tal proximidade. Eros e Thanatos novamente entrelaçados” (Lobo, 2018,p.59).

Freud (1930-1936/2010) referiu no *Mal-estar da civilização*, que quando as pessoas se confrontam com o terror da morte, elas tendem a reativar o desamparo originário. Nessa condição de desamparo, entendemos que as mulheres interpretam que podem encontrar na alteridade, na sustentação emocional com o outro, uma forma de proteção às vulnerabilidades a que ficam expostas na sociedade patriarcal. Assim, buscam, na própria relação com o outro, encontrar um abrigo diante da incidência do desconhecido, como ocorreu com o coronavírus quando foi anunciado, pois não havia muitas informações sobre o curso desse vírus, nem mesmo protocolos terapêuticos seguros e vacinas que pudessem combater o vírus e evitar a morte.

Birman (2021) salienta que uma pandemia está entrelaçada com a ideia de invisibilidade, em que o vírus pode ter nome, mas tem um caráter de imprevisibilidade em seu curso, pois as pessoas estavam se defendendo (principalmente no início em que a mesma foi decretada no Brasil - março de 2020) de um invasor invisível, já que o caráter desconhecido evoca medo e coloca as pessoas em uma situação de desamparo causando uma angústia intensa. Em alguns casos, pode até causar uma desesperança de que se pode ter vida em uma situação com uma coloração em que a morte está presente

de forma constante e intensa.

Nesse cenário, marcado pelo temor da morte e pelas incertezas, percebemos que a população buscou na alteridade um modelo de sustentação e segurança. No entanto, a pandemia, segundo Santos *et al.* (2021), mostrou um cenário de mães sobrecarregadas, cansadas e com medo do desconhecido, medo de contrair Covid e não estar disponível para sua filha ou seu filho. Aquelas que conseguiram ter uma rede de apoio foram as mulheres que puderam estar mais inteiras psicologicamente, tanto para maternas como para interpretar a pandemia com mais possibilidades de vida e não dominadas pelas fantasias de morte.

Daniela Tepperman (2020) destaca que ter uma rede de apoio é oportunizar a legitimação do agente da função materna, dar um reconhecimento, um suporte para que essa mãe possa estar presente psicologicamente para sua filha e seu filho, sem jamais ter a pretensão de substituí-la. Como dito por Roberta Kehdy (2020), as mães e os pais precisam ser cuidados quando uma/um filha/filho chega em sua família, vez que a chegada de um pequeno ser pode ser sentida como uma crise, como uma ruptura de uma organização prévia que precisa de novos arranjos para se reorganizar. Todavia, as referidas autoras mostram que rede de apoio é fundamental para ancorar os cuidadores. Silva *et al.* (2021) mencionam que o trabalho realizado em casa, pelas mulheres, na pandemia, teve como consequência privá-las de tempo de descanso, pois não existia um tempo de início e término das atividades. As demandas externas invadiam as internas e ocasionavam um excesso de atividades que gerava nessas mulheres uma exaustão tanto física quanto psíquica.

Marília Moschkovich (2020) destacou que o cenário pandêmico ressaltou o quanto é difícil para as famílias com filhas e filhos não terem possibilidade de se apoiar em instituições, cuidados terceirizados remunerados (babás) ou outros familiares que possam exercer essa atividade em caráter voluntário (avós, madrinhas, tias), pois essa negativa evidenciou, ainda mais, o trabalho invisível das mulheres/mães. Mesmo tendo um homem que compartilhe dos cuidados com as crianças e com a casa, o trabalho é marcado pela ordem da desigualdade na distribuição de atividades do cotidiano e do cuidado. Antes e depois da pandemia a distribuição foi e continua sendo desigual, porém as mulheres tinham a sensação de estarem mais amparadas por terem como compartilhar o trabalho invisível do cuidado com terceiros e na pandemia isso lhes foi tirado, produzindo intensa exaustão física e psíquica.

Rede de apoio na vida das mulheres pode ser entendida como um preditor de saúde mental e uma potente teia de conexão da mãe com sua filha e o seu filho, a qual precisa ter espaço e tempo para constituir e firmar-se nesse lugar da vivência da maternidade. A construção desse caminho da experiência materna é processual e, em termos de saúde mental, precisa ser trilhado, não pela marca da solidão, mas pela via da sociabilidade. Desse modo podemos ter uma geração mais empática consigo e com o outro e menos marcada pelo preconceito e pela segregação, mas por uma sociedade inclusiva e com respeito às particularidades de cada um, buscando olhar para as potencialidades e não para as limitações como sendo formas de redução dos sujeitos.

Além disso, entendemos que a demarcação de fronteiras entre descanso e trabalho nunca existiram. Todavia, o contexto pandêmico acirrou a necessidade de tempos distintos. Ademais, a vivência das mulheres/mães ao conciliarem o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo variou significativamente durante a pandemia.

Com efeito, as vivências das mulheres/mães durante a pandemia foram diversas. Bárbara Freitas e Júlia Silva (2023) sugerem três cenários para compreender os tempos de trabalho das mulheres/mães durante a pandemia. O primeiro é representado pelas mulheres que conseguiram manter as atividades laborais remuneradas por meio do teletrabalho, composto por mulheres que trabalham mediante regime estatutário, celetistas, com manutenção do contrato de trabalho e profissionais liberais cuja atividade não foi suspensa. O segundo conjunto é o das mulheres que permaneceram desempenhando as atividades laborais remuneradas, mas que precisavam se deslocar para o local de trabalho (não contando com suporte de maternais e escolas para o cuidado das suas filhas e dos seus filhos), dentre elas estavam as empregadas domésticas, as informais do setor de cuidados e as profissionais dos serviços essenciais, como da área de saúde.

Essa terceirização de cuidados oportuniza a reflexão de que o exercício da maternidade é realizado de formas distintas por mulheres de classes e raças diferentes. As babás atuais, conforme Iaconelli (2023), deixam suas filhas e seus filhos para cuidar das filhas e dos filhos de mulheres mais abastadas que elas e, em alguns casos, essas mães que contratam babás não trabalham fora em tempo integral.

Posturas como essas integram a herança do nosso passado colonial em que o cuidado das crianças ficava atribuída às mulheres negras escravizadas. Além de que também podemos entender que essa medida de cuidado está associada a um raciocínio

capitalista da divisão sexual do trabalho na qual quem tem maiores rendimentos dita o que é realmente trabalho e aquele que é invisibilizado em sua essência.

Com isto, é importante considerarmos a observação de que a terceirização das tarefas do cuidado frequentemente repercute em dinâmicas de exploração, inclusive entre mulheres. Aquelas mulheres que não estão sobrecarregadas das demandas de trabalho reprodutivo, frequentemente não o estão porque outras mulheres, mais vulneráveis socialmente e economicamente, estão desempenhando estas atividades para elas. Isso dificulta o estabelecimento de solidariedade política entre mulheres porque reforça hierarquias sustentadas em inequidades de classe, raça e etnia, entre outras.

Por fim, o terceiro conjunto destacado por Freitas e Silva (2023) consiste no grupo de mulheres que, em virtude da crise econômica ou da incapacidade de conciliar a frequência no trabalho com os cuidados com as filhas e os filhos, perderam o emprego e a renda durante a pandemia, podendo ser elas: celetistas, profissionais liberais, as que estavam na informalidade ou em outras formas de trabalho. As autoras sinalizam que esse cenário reforçou a dinâmica histórica de que há desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres, estando elas divididas entre as que realizam múltiplas jornadas de trabalho, as que terceirizam os cuidados e as que prestam serviço de cuidados. Apesar de que na atualidade tem sido possível notar, conforme bell hooks (2020), uma maior consciência entre os homens quanto à necessidade de uma participação igualitária no cuidado e na educação destinada às filhas e aos filhos, não somente para construir uma equidade entre os gêneros, mas para poder ter um relacionamento mais próximo com as suas crianças.

Entretanto, muitas mulheres/mães, que contavam com a presença de um homem permanente no lar no contexto da pandemia, não observavam a cooperação e a distribuição justa das tarefas entre os membros da família. Em oposição, a presença de homens em casa aumentava o trabalho de reprodução da vida desempenhado por elas (Juliana Bernardo *et al*, 2021). O que sinaliza que a crise sanitária apenas realçou a iniquidade na distribuição das atribuições domésticas, não tendo sido a responsável pelo seu estabelecimento.

Uma das hipóteses sinalizadas por Iaconelli (2023) em relação às mulheres serem referência principal para exercer esse cuidado é que, na modernidade, a sociedade foi buscando manter a economia capitalista às custas de dizer que as mulheres teriam um desejo incerto, uma certa inveja do poder dos homens que ocupam os espaços públicos e

são reconhecidos por estar nesses lugares. Diferente delas que exercem um trabalho reprodutivo e não remunerado, pois supostamente buscam na maternidade a realização dos seus desejos. Ao trabalharem fora de casa, as mulheres/mães apresentariam conflitos por sentirem que não conseguem cuidar integralmente das filhas e filhos e isto poderia reverberar em consequências psíquicas irreparáveis, as colocando no lugar de culpadas.

Elizabeth Badinter (2011) constata que a maternidade continua sendo um cenário desconhecido, pois na inauguração dela há sim uma mudança que pode ser sentida como radical e que converge para uma esfera de risco; algumas mulheres serão conduzidas para sentimentos que são interpretados como felicidade e como algo que pode ser traduzido de realização, porém, outras, terão recursos internos que conseguirão conciliar as exigências contraditórias despertadas pela experiência da maternidade. Todavia, um grupo de mulheres jamais conseguirá confessar, nem para si mesmas, que a experiência materna é um verdadeiro fracasso. Reconhecer esse tipo de construção da relação com o materno, na sociedade atual, é ressaltado, pela autora, como algo relativo a uma monstruosidade. Elizabeth Badinter (2011), cita uma pesquisa feita em Chicago, em 1960, onde perguntado às mulheres se elas gostariam de serem mães novamente, 70% responderam negativamente, pois a visão desse público é a de que os sacrifícios são mais preponderantes em relação às satisfações.

Podemos interpretar que a rede de apoio é imprescindível para as mulheres/mães e que na pandemia ela foi adaptada com a criação de grupos *online* de mães, chamadas de vídeo com familiares e amigos, como soluções encontradas para não se sentirem tão desamparadas na pandemia. A ordem era distanciamento físico, mas não emocional. Ana Cristina Cunha e Karolina Albuquerque (2020) destacam que as chamadas de vídeos, com a participação das crianças, foram os recursos utilizados para promover interações sociais e também uma forma de manter a memória das crianças de pessoas distantes do convívio diário das famílias. Foi observado que as mães passaram a postar mais sobre suas filhas e seus filhos nas redes sociais como uma forma de que as pessoas pudessem continuar acompanhando o desenvolvimento das crianças com a sensação de proximidade mesmo distantes fisicamente.

Além disso, Tania Maria Aiello-Vaisberg, Suelli Regina Belluzo e Carlos Visetin (2020) referem que uma parcela de mães conseguiu ver a pandemia de uma forma mais positiva, sentida como uma oportunidade de terem mais tempo em casa com a filha e o filho. Isso permitiu que presenciassem, fisicamente, o processo de desenvolvimento

deles, pois em tempos sem Covid-19, as jornadas de trabalho são fora de casa na maior parte do tempo. Outro aspecto positivo que as mulheres/mães mencionaram é que são agradecidas por terem conseguido manter seus trabalhos, pois muitas trabalhadoras perderam seus empregos com a pandemia. Os autores destacam terem notado que algumas mulheres/mães conseguiram olhar para o coletivo, se colocando no lugar de outras mulheres, pensaram estratégias para fortalecer uma rede de apoio viável com o objetivo de administrar as crises tanto econômica como emocional. Grupos de apoio virtual foram uma das estratégias utilizadas naquele período. Podemos perceber que muitas mães demonstraram sinais ético-emocionais dotados de transcendência, de posicionamentos para além do interesse ou bem-estar individual.

A visão positiva de algumas mães diante da crise instaurada na pandemia não invalida que as mulheres tenham sido o segmento mais afetado pelo trabalho não-remunerado. Conforme destacou a Organização das Nações Unidas (2020), na pandemia essa questão ficou ainda mais evidenciada e intensificou as dificuldades. De fato, como observamos anteriormente, a saturação dos serviços de saúde em virtude da pandemia e com o fechamento das creches e escolas, as tarefas de cuidado com familiares doentes, e de pessoas idosas e crianças recaiu sobre as mulheres.

Ainda, nos interessa destacar que com uma crise sanitária e social, há frequentemente o aumento do ataque ao acesso aos direitos sociais pelas mulheres. Durante o contexto de emergência em saúde, os Estados Unidos da América que representavam, até então, um dos países onde as escolhas reprodutivas estavam asseguradas, vivenciou a atualização da compreensão da Suprema Corte sobre o aborto, que passou a não ser entendido como um direito constitucional (Ariane Vogue, 2023). Com tal entendimento, nos Estados Unidos da América as mulheres se viram privadas do direito de decisão sobre si.

Lembramos, em consonância com Federici (2004), que a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação priva-as do pleno acesso a sua integridade física e psicológica, dando ao Estado o controle sobre os seus corpos. Desta forma, degrada a maternidade à condição de trabalho forçado.

Segundo estudo elaborado por Ana Copatti, Andrea Ferrari, Andressa Howell e Milena Silva (2023), ao serem indagadas sobre os sentidos atribuídos a vivência da maternidade durante a pandemia, mulheres/mães participantes do estudo por elas

desenvolvido destacaram o termo “difícil” e seussinônimos. Ainda, na proporção em que se sentiam sozinhas desempenhando as funções de cuidado com o lar, filhas, filhos e, às vezes, companheiros ou companheiras, elas sentiam o desejo de poderem estar sós e viverem a solidude por alguns momentos. Ao refletirem sobre suas experiências, elas sinalizam para uma linha de prioridades composta pela ordem:

filhas/filhos, casa, trabalho, companheiro/companheira e, por último, si próprias. Observamos que à medida que mulheres são forçadas a desempenharem sozinhas o trabalho reprodutivo, elas tendem a se distanciar dos seus desejos. Uma questão muito importante é que quando uma mulher se depara com a vivência da maternidade, ela inconscientemente associa a sua própria história do ser filha, reatualizando o vínculo arcaico com a sua mãe (Lobo, 2022).

Ao pensarem nas suas experiências de mulheres/mães durante a pandemia, elas sinalizaram que o desempenho da maternidade as distanciava do desempenho de ser mulher. Este último estaria associado ao campo da vaidade, como sinônimo de cuidados com cabelos, unhas, com o modo como se vestem e com os seus corpos (Copatti *et al*, 2023). Aqui, novamente, a experiência do “sentir-se mulher” pode indicar um centramento no desempenho do trabalho reprodutivo, quando não estão cuidando das filhas e filhos, as mulheres podem estar centrando sua atenção no desejo dos seus parceiros ou suas parceiras.

Em articulação a isto, segundo pesquisa desenvolvida por Zanello *et al* (2022), as mulheres/mães participantes se percebiam sobrecarregadas e cansadas durante a pandemia, tentando, sozinhas, conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Elas estavam recebendo pouco cuidado e eram demandadas para oferecerem muitos cuidados. Elas também relataram sentimento de culpa e inadequação na relação com as filhas e os filhos.

A pandemia exaltou as desigualdades de direitos entre homens e mulheres. Ainda, para as mães são atribuídos outros marcadores, dentre eles: uma vez mãe, deixa-se de ser mulher. Esse entendimento exalta que a maternidade está associada a muitas renúncias e a presença de um sentimento de desamparo diante ao zelo pela sobrevivência de um outro ser que depende dela. Todavia, mães têm uma diversidade de sentimentos, mas compartilham da compreensão de que jamais sairão ilesas da experiência de ser mãe. A pandemia potencializou as dificuldades, fazendo-as se sentirem mais sozinhas e desamparadas.

O tema da sobrecarga das mulheres/mães no desempenho das atividades de cuidado durante o período da pandemia não ganhou destaque no debate público. À medida que as pessoas foram amplamente vacinadas e a emergência de saúde encerrou, o tema caiu no esquecimento. No entanto, observamos a potência desse momento para redefinirmos as prioridades sociais, redimensionando o campo do trabalho e tensionando as estruturas e normassociais.

Anita Oliveira (2020) refere que a pandemia para mulheres, em especial para aquelas que tinham filhas e filhos com menos de 4 anos, foi sinônimo de sobrecarga ainda maior e que o distanciamento social acentuou a desigualdade de gênero no que tange aos cuidados destinados às crianças. Na pandemia, foram inúmeras manifestações das mães em redes sociais sobre o quanto se sentiam sobrecarregadas, uma verdadeira exaustão física e psíquica. A autora destaca que na pandemia e na busca por exercer a maternidade e corresponder a inúmeras demandas externas, as mulheres precisaram entender que tinha algo que não poderiam adiar: era cuidar de suas filhas e seus filhos, brincarem com elas e eles, estarem atentas as suas demandas e, se possível, ver o mundo sobre a ótica de alguma poesia que pudesse fazer sentido à vida.

Reconhecemos que a sociedade em que vivemos não se responsabiliza pelos cuidados com os sujeitos no início e no final da vida, cabendo às mulheres o desempenho dessa atividade invisibilizada. A pandemia destacou a importância do desempenho do trabalho de reprodução da vida, especialmente no que concerne ao desempenho das tarefas de cuidado, entretanto, isso não significa que durante a sua ocorrência tenha havido uma mudança na divisão sexual do trabalho. Cabe observarmos, segundo Hirata e Kergoat (2020), que para que se transforme a divisão sexual do trabalho, cabe a denúncia e articulação especialmente por meio dos movimentos feministas.

De fato, interessa-nos pensar criativamente outras possibilidades de sociedade que não sejam regidas pela violência patriarcal. Pode-se perceber que a construção da função social das mulheres é carregada de atravessamentos históricos de uma cultura patriarcal e sexista, em que ser mãe tem atrelada a ideia de uma restrição, um limite, pois a mulher parece ser convocada a ser a cuidadora principal, o que pode ter uma conotação de sobrecarga. Muitas mulheres, na atualidade, procuram de modo geral, conciliar a maternidade com outros interesses que compõem suas vidas, experimentam vivências para além do ser mãe.

Esse cenário pandêmico retratou a sobrecarga materna que pode estar associada

ao quanto as mães têm a tendência de se exigirem mais do que conseguem. Não entendem que são suficientes e ser suficiente pressupõe falhas e dificuldades, inclusive porque os indivíduos têm limites. Lobo (2018) atribuiu o termo suficiente à ideia de “mãe suficientemente boa”, termo cunhado pelo pediatra Donald Winnicott, onde tal expressão pode ser traduzida diante da complexidade do que é a experiência da maternidade. O “melhor” desempenho éaquele em que a mãe consegue tornar possível. E esse possível está intimamente relacionado à tomada de consciência das mulheres ao se permitirem a ter o direito à falibilidade. Ter essa percepção significa compreender, sem constrangimento ou culpa excessiva, que nem sempre cuidar de uma criança é sentida como algo alegre, pode ser penoso e exaustivo. Conseguindo fazer essa constatação, as mulheres têm uma probabilidade de sentir-se absolvida de culpas, estabelecendo uma relação com um vínculo mais sólido com a criança.

Além disso, podemos compreender que com a pandemia as desigualdades ficaram acentuadas e as dores agudizaram pois o cenário de incertezas tomou conta naquele período. Num momento marcado pela ambiguidade das fantasias de morte despertadas pela pandemia, viam a necessidade de vida e recomeço com a vivência da maternidade na pandemia. Passada a pandemia, o cenário social não mudou significativamente, as mães continuam administrando as diversas formas que exercem seus trabalhos (tanto o de reprodução da vida quanto o dito trabalho produtivo). Mesmo que a pandemia tenha teoricamente acabado, as falhas e faltas continuam e a herança histórica da distribuição desigual do trabalho de cuidado segue se fazendo presentes, deixando vivo o desafio de estratégias para a sua superação.

### **Considerações Finais**

Neste ensaio objetivamos problematizar, sob uma perspectiva feminista, o trabalho desempenhado por mulheres/mães em uma emergência em saúde global. Partimos da observaçãoque o contexto da pandemia pode ter convidado a humanidade a repensar suas prioridades sociais. Especialmente porque o cuidado com a saúde e a vida humana foram temas que adquiriram centralidade.

Iniciamos a construção retomando o debate sobre o desempenho do trabalho reprodutivo por mulheres. Buscamos sinalizar que a divisão sexual do trabalho se sustenta na sobrecarga para mulheres da conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo,

na mesma medida que invisibiliza o segundo.

Ainda, destacamos que a pandemia tornou evidentes as iniquidades de gênero entre homens e mulheres, e, também entre mulheres de diferentes classes, raças e etnias, idades, dentre outras. A pandemia escancarou a invisibilidade do trabalho reprodutivo que sobrecarrega a rotina das mulheres. Ainda, demonstrou o descaso das estruturas sociais no comprometimento coletivo com o cuidado de crianças.

Quando se trata de uma maternidade desempenhada em contexto de emergência de saúde, parece que a sensação de sobrecarga se ampliou e pode ter causado um sofrimento psíquico intenso, vez que o distanciamento social restringiu o apoio de pessoas terceirizadas ou de instituições (creches e escolas) que dessem suporte nesse processo. Destacamos que a pandemia agravou as desigualdades socioeconômicas. Sugerimos a construção de redes coletivas que possam auxiliar as mulheres a se sentirem fortalecidas, não em buscar responder ao ideal de perfeição associado ao papel materno, mas de conquistar, através de suas falhas, determinação para conseguir administrar seus papéis, sem exaltar a figura de uma heroína que consegue tudo sozinha, mas sim, admitir como é importante recorrer a laços que compõem uma rede de apoio.

Por isso sugerimos que se desenvolvam espaços de escutas coletivas para que as mulheres que exerceram a maternidade em contextos de emergência de saúde possam tecer redes coletivas de significados com outras mães e que as fortaleçam emocionalmente para superar adversidades e os impasses que possam se fazer presentes no pós-pandemia (como dificuldades escolares de seus filhos e suas filhas, socialização, dentre outros). Pode-se perceber que imposições provindas do contexto de emergência de saúde tornaram os impasses maternos mais intensos e potencializaram as complexidades. Por isso é fundamental trilhar caminhos de investimentos na saúde mental com a finalidade de evitar o silenciamento que pode ser transformado em desorganização psíquica.

Coletivamente, consideramos importante uma pedagogia feminista, no sentido de instrumentalizar as mulheres para que elas tenham consciência dos papéis históricos a elas atribuídos e autonomia para tomarem decisões sobre si, suas maternidades ou não maternidades, sem serem coagidas por dinâmicas de violência patriarcal. Ainda, interessa que o trabalho reprodutivo seja destacado como uma função de todas e todos, uma responsabilização social por aqueles que nascem e envelhecem na sociedade, também, um compromisso com a sociedade que se espera produzir para todas e todos.

## Referências

AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José; GALLO-BELLUZO, Sueli Regina; VISETIN, Carlos. Maternidade e sofrimento social em tempos de Covid-19: estudo de mommy blogs. *Scielo Preprints*, 2020.

BADINTER, Elizabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BERNARDO, Juliana; SANTIAGO, Emerson; LOPES, Elissandra R.; MERIGHI, Carla; DUARTE, Aline G. G.; CYRINO, Cláudia M. S. A vivência da maternidade em meio à pandemia. *Global Academic Nursing Journal*, v. 2, p. 1–5, 2021. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/175>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.

BONIOL, Mathieu; MCISAAC, Michelle; XU, Lihui; WULIJI, Tana; DIALLO, Khassoum; CAMPBELL, Jim. Gender equity in the health workforce: Analysis of 104 countries. *World Health Organization*, n. March, p. 1–8, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/gender-equity-in-the-health-workforce-analysis-of-104-countries>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

BRASIL. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil*. Ministério da Saúde. p.1, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

COPATTI, Ana; FERRARI, Andrea; HOEWLL, Andressa; SILVA, Milena. Relatos da Pandemia: Ser Mulher e Mãe em Tempos de Covid-19. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/w3DNhXGs5ctJKXqpBm7qVqD/>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

CUNHA, Ana Cristina Barros da; ALBUQUERQUE, Karolina Alves de. *Maternidade em tempos de COVID-19: como enfrentar a pandemia quando sou mãe de um bebê menor de seis meses?* Rio de Janeiro: K. A. Albuquerque, 2020. Disponível em: [https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/maternidade\\_em\\_tempos\\_de\\_covid-19\\_-\\_mae\\_de\\_um\\_bebe\\_menor\\_de\\_seis\\_meses.pdf](https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/maternidade_em_tempos_de_covid-19_-_mae_de_um_bebe_menor_de_seis_meses.pdf). Acesso em 17 set. 2023.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

FEDERICI, Sílvia. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Sílvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FREITAS, Bárbara F. DE; SILVA, Júlia G. de S. da. O tempo do(s) trabalho(s) das mulheres- mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia Covid-19. *Áskesis*, v. 10, n. 2, p. 11–28, 2023.

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas, Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 1930-1936/2010. p. 13-50.

HOOKS, bell. *Ensinando Pensamento Crítico. sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. *Trabalho Necessário*, ano 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOA, Danièle. Atualidade da Divisão Sexual e Centralidade do Trabalho das Mulheres. *Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p. 22-34, 2020.

IACONELLI, Vera. *Manifesto antimaternalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KEHDY, Roberta. Redes de apoio: cuidar de pais na chegada de um filho. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Laço*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 67-82.

LOBO, Silvia. *Mães que fazem mal*. São Paulo: Passavento. 2018.

LOBO, Silvia. *O silêncio das mulheres e outros mais*. São Paulo: Leader, 2022.

MOSCHKOVICH, Marília. Sobre laranjas mecânicas, feminismo e psicanálise: natureza e cultura na dialética da alienação voluntária. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Parentalidade*, Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 109-124.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A Espacialidade Aberta E Relacional Do Lar: A Arte De Conciliar Maternidade, Trabalho Doméstico E Remoto Na Pandemia Da Covid-19. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - MULHERES. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe. *ONU Mulheres Brasil*, março, p. 1–3, 2020. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). Acesso em 17 de nov. de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. *Folha informativa sobre COVID-19*, v. 19, p. 1, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 17 de



nov. de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. *OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19*. p. 1–2, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

OXFAM BRASIL. Tempo de cuidar. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. *OXFAM Brasil*, 2020.

SARAIVA, Sheila P. Maternidad, trabajo y cuidados en el contexto de la pandemia del COVID-19. *Organicom*, ano 19, n. 40, p. 252-265, 2022.

SANTOS, Juliana; SANTIAGO, Emerson; LOPES, Elissandra; MERIGHI, Carla; DUARTE, Aline; CYRINO, Claudia. A vivência da maternidade em meio à pandemia. *Global Academic Nursing Journal*, v. 2, n. 1, 2021.

SCHULTE, Andréia de A.; GALLO-BELLUZZO, Sueli R.; AIELLO-VAISBERG. Experiência Emocional de Autoras de Mommy Blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 10, n. 1, p. 107-130, 2019.

SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa; ABREU, Kamila; SILVA, Livia. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

TEPPERMAN, Daniela. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In: TEPPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 55-71.

UNITED NATIONS. 14.9 million excess deaths associated with the COVID-19 pandemic in 2020 and 2021. *United Nation - Department of Economic and Social Affairs*, v. 19, p. 2021–2023, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/05-05-2022-14.9-million-excess-deaths-were-associated-with-the-covid-19-pandemic-in-2020-and-2021>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

VOGUE, Ariane de. Suprema Corte dos EUA suspende decisão que garantia direito ao aborto. *CNN Brasil*, p. 1–11, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-reverte-decisao-que-garantia-direito-ao-aborto/#:~:text=A%20Suprema%20Corte%20dos%20EUA,das%20mulheres%20nos%20Estados%20Unidos>. Acesso em 17 de nov. de 2023.

ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara F. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, p. e86991, 2022.

